

PROCESSO: SMA 106/2008.
INTERESSADO: SPLF Investimentos e Participações Ltda.
ASSUNTO: Licença Ambiental Prévia para o Plano Urbanístico da Reserva da Serra do Itapety
MUNICÍPIO: Mogi das Cruzes, SP

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de súmula do Parecer Técnico 41059/11/TA, elaborado pelo Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental –TA, visando subsidiar o licenciamento ambiental do “Plano Urbanístico da Reserva da Serra do Itapety”, sob responsabilidade da SPLF Investimentos e Participações Ltda., sendo fundamentada no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA.

2. AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Audiência Pública para apresentação e discussão do EIA/RIMA do Plano urbanístico da Reserva da Serra do Itapety foi realizada em 17.11.2009, no Auditório da Universidade de Mogi das Cruzes, localizado à Avenida Dr. Cândido Xavier de Almeida e Sousa, nº 200, Mogi das Cruzes. O evento transcorreu conforme as normas estabelecidas na Deliberação CONSEMA nº 34/01 para a condução de audiências públicas.

Manifestaram-se representantes de entidades da sociedade civil, dos órgãos públicos, do Poder Legislativo, do Poder Executivo e pessoas em nome próprio. As principais preocupações expressas pelos participantes referem-se à preservação da biodiversidade local (recuperação, manutenção e monitoramento das áreas de preservação), principalmente no que se refere à Reserva Particular do Patrimônio Natural, alteração da paisagem e a compatibilização do sistema viário.

3. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A gleba onde se pretende implantar o empreendimento possui área total de 10.109.806,01 m² (1.109,8 ha.).

O empreendimento está localizado em gleba lindeira a área de urbanização consolidada do município de Mogi das Cruzes (norte-nordeste), sendo o acesso ao empreendimento pela Avenida Antônio de Almeida e pela Avenida Francisco Rodrigues Filho, uma das principais vias de Mogi das Cruzes.

O empreendimento proposto divide a gleba em três setores – planície, meia e baixa encosta e serra. O Setor 1, que compreende a planície, é destinado ao desenvolvimento urbano, onde serão implantados núcleos residenciais em condomínios verticais e horizontais, núcleos de usos mistos, área empresarial para atividades regionais de grande porte, áreas verdes, equipamentos de lazer, áreas para comércio regional e local, áreas institucionais e um sistema viário conectado ao viário municipal. Já no Setor 2, que compreende a média e baixa encosta, será implantado o setor residencial unifamiliar, com lotes com área média variando de 400 a 1.000 m², enquanto que no Setor 3, nas cotas mais altas da Serra do Itapety, o projeto urbanístico propõe a conservação ambiental e a ocupação restrita de baixa densidade.

São previstos 1.574 lotes, sendo 1.134 residenciais e os demais destinados a usos comerciais ou mistos. A área total dos lotes compreende 37,14% do empreendimento. As áreas públicas estão divididas em sistema viário (16,35%), áreas institucionais (5,17%) e espaços livres de uso público (37,50%), compostos por áreas verdes (22,46%), que compreendem as Áreas de Preservação Permanente, e pelo sistema de lazer (15,03%). Há ainda a reserva de duas áreas remanescentes destinadas à conservação ambiental, totalizando 4.660.262,88 m², que corresponde a 46,10 % da gleba.

Quanto à população, estima-se que o empreendimento, quando da sua completa ocupação em 50 anos, tenha 113.255 habitantes residentes e 94.891 flutuantes, totalizando uma população de 208.146 pessoas.

Os cálculos de consumo de água para o empreendimento tiveram como base a ocupação plena do loteamento (fixa e flutuante), com população considerada em projeto de 215.072 habitantes e demanda de água de 360,70 l/s.

O empreendimento Reserva Serra do Itapety terá todo o efluente coletado e tratado por um sistema de tratamento próprio, interno à gleba, e será feita a disposição final no rio Tietê, limite da área do empreendimento. A Estação de Tratamento de Esgoto será projetada e construída em módulos que entrarão em operação de acordo com a evolução das etapas de implantação do empreendimento. Será utilizado o processo de tratamento de lodos ativados com aeração prolongada. Será utilizada uma área total de aproximadamente 45.500 m², prevendo-se uma vazão de tratamento de 320 l/s.

O sistema de microdrenagem das águas pluviais será constituído por guias e sarjetas nas vias públicas, bocas de lobo, galerias tubulares de concreto, poços de visitas e estruturas de descarga de água pluviais em sete pontos de lançamento, no Ribeirão Botujuru. No final dos lançamentos serão instalados muros de ala para não causar erosão. Conforme estudo de macrodrenagem apresentado no EIA, o dimensionamento dos bueiros foi realizado para proporcionar a amortização do pico de cheia ao longo de toda a várzea do Ribeirão Botujuru, a montante dos mesmos. Com a utilização de duas travessias de viário como pontos de amortecimento de vazão na várzea do Ribeirão Botujuru e a adoção de medidas que aumentem a infiltração da chuva nas áreas urbanizadas, o EIA avalia que não haverá risco de enchentes no empreendimento e a jusante deste.

Quanto à terraplenagem, ao final das etapas, estima-se que os volumes de corte e aterro estarão equacionados. No entanto, o manejo adotado ao longo da implantação compreende a utilização de etapas de implantação posteriores como caixa de empréstimo e/ou bota-espera exigindo adequado controle ambiental dessas áreas. Estima-se que o volume total de solo de corte será de 2.788.550,32 m³ enquanto o de aterro será de 2.788.122,40 m³, sendo o maior volume gerado e absorvido no Setor 1.

O cronograma de implantação do empreendimento é de 28 (vinte e oito) anos, cujo custo total da implantação da infraestrutura é estimado em R\$ 135.415.411,31 (cento e trinta e cinco milhões, quatrocentos e quinze mil quatrocentos e onze reais e trinta e um centavos).

4. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Os principais impactos previstos sobre os meios físico, biótico e socioeconômico durante as fases de implantação e operação dos loteamentos e as respectivas medidas mitigadoras propostas compreendem:

Dinamização de processos erosivos e assoreamento de corpos d'água superficiais: As áreas terraplenadas para a implantação dos cortes e aterros, visando a construção dos canteiros de obras, sistema viário, edificações, e os taludes das pilhas de resíduos e materiais estarão submetidos à ação mecânica das águas das chuvas ficando sujeitos à instalação de processos erosivos. Os taludes com surgência de água, quando não adequadamente drenados, além da erosão superficial, também poderão apresentar erosão interna (*piping*). Como medida mitigadora foi proposta a Prevenção e Controle da Erosão e do Assoreamento, incluso no Programa de Controle Ambiental das Obras, que contempla dentre outras medidas: proteção de taludes, implantação e manutenção de um sistema de drenagem e monitoramento das águas superficiais.

Redução da permeabilidade do solo/alteração do regime de escoamento das águas superficiais/redução da recarga do aquífero: A remoção da cobertura vegetal seguida de terraplenagem, e consequente exposição dos solos, reduzem o tempo de retenção das águas pluviais e sua infiltração, aumentando o escoamento superficial e acarretando diversos impactos negativos. Após a implantação e ocupação do empreendimento, 70% da área urbanizada será impermeável, que por sua vez reduzirá a capacidade de infiltração das águas pluviais, aumentando o escoamento superficial e diminuindo a recarga do aquífero. Para minimizar eventuais picos de cheias e enchentes foram propostos: a naturalização da várzea do ribeirão Botujuru e a implantação de duas travessias como pontos de amortecimento de vazão; implantação de áreas filtrantes e monitoramento do sistema de drenagem.

Impactos gerados pelo canteiro de obras: este impacto ocorrerá na fase de instalação do empreendimento, havendo o risco de contaminação do solo e da água subterrânea em função da geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos nas obras civis, bem como por eventuais vazamentos de óleos e graxas de veículos, máquinas e equipamentos a serem utilizados. A movimentação de terra e a circulação de veículos serão responsáveis pela alteração da qualidade do ar e a geração de ruído. As medidas mitigadoras propostas estão contempladas no Programa de Controle Ambiental das Obras, que inclui os subprogramas: Controle da Qualidade do Ar e Emissão de Ruídos, Controle de Poluição do Solo e das Águas Superficiais e Subterrâneas e o Gerenciamento dos Resíduos Sólidos.

Risco de degradação ambiental pela geração de cargas difusas: a suscetibilidade à poluição dos recursos hídricos superficiais se manterá mesmo durante a operação do empreendimento, decorrente de cargas difusas do loteamento, compostas principalmente por resíduos sólidos urbanos e óleos e graxas do tráfego urbano, carregadas pelo sistema de drenagem de águas pluviais. As medidas mitigadoras propostas são a implantação de sistema de drenagem e o monitoramento ambiental.

Perda da cobertura vegetal e intervenções em Áreas de Preservação Permanente - APP: ocasionado pela supressão de vegetação nativa secundária nos estágios inicial e médio de regeneração, supressão de reflorestamento sem sub-bosque e com sub-bosque nos estágios inicial e médio de regeneração, além da intervenção em APP para implantação do sistema viário e estruturas de drenagem. A supressão de vegetação é prevista em 317,33 ha, sendo principalmente: 188,54 ha referentes a reflorestamentos, 46,37 ha referentes a campos antrópicos, 2,77 ha referentes a floresta ombrófila densa em estágio médio e as demais áreas referente a vegetação em estágio inicial. Esta supressão poderá causar isolamento dos fragmentos florestais remanescentes, aumento do efeito de borda e redução da riqueza e diversidade de espécies. As medidas mitigadoras propostas estão contempladas nos seguintes Programas Ambientais: Programa de Controle Ambiental de Obras, Programa de Desmatamento, Programa de Manejo Florestal de APPs e Criação de Corredores Ecológicos, Programa de Criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), Programa de Arborização Urbana, Programa de Criação do Parque Linear do Ribeirão Botujuru, Programa de Monitoramento da Flora e Programa de Salvamento de Plantas Epífitas.

Perda ou alteração de habitat e afugentamento da fauna: os impactos sobre a fauna ocorrerão nas fases de implantação e operação, como resultado da remoção da cobertura vegetal e alteração do uso e ocupação do solo com a construção de edificações, pela movimentação de pessoas, veículos e maquinários, emissão de ruídos, bem como pela presença de animais domésticos. Essas atividades provocarão a perda e alteração do habitat, redução de espécies vegetais, afugentamento da fauna existente e risco de predação e atropelamento. O EIA considera ainda a interferência na biota aquática em função da alteração da qualidade da água e alterações no regime fluviométrico dos corpos d'água. Para mitigação de impactos foram propostos: o Programa de Controle Ambiental de Obras, o Programa de Desmatamento, o Programa de Manejo Florestal de APPs e Criação de Corredores Ecológicos, o Programa de Criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), o Programa de Educação e Conscientização Ambiental de Trabalhadores e o Programa de Monitoramento da Fauna, contendo os seguintes subprogramas: Monitoramento da Herpetofauna, Monitoramento da Avifauna e Monitoramento da Mastofauna.

Aumento do tráfego de veículos nas vias regionais e locais: esse impacto refere-se a circulação de veículos pesados e leves durante as obras de implantação de infraestrutura, principalmente na Avenida Francisco Rodrigues Filho e Avenida Pedro Romero, além do aumento do fluxo de veículos gerado pelo aumento do número de viagens da população residente e flutuante durante a operação do empreendimento. Para mitigação de impactos foram propostos: o Programa de Controle das Interferências com Tráfego e Segurança da População, que compreende a adequação dos locais de acesso, a sinalização e encaminhamento de tráfego de veículos e pedestres junto a tais locais, e o Programa de Reequacionamento do Sistema Viário e Serviços de Transporte Coletivo no Setor Leste, que contempla ampliação de capacidade do sistema viário e de atendimento por serviços de transporte público.

Aumento da demanda por saneamento ambiental: com a ocupação do empreendimento estima-se o consumo de 360 l/s de água para abastecimento e a geração de uma vazão média de 308 l/s de efluentes sanitários, potencialmente poluidores, gerando um incremento não suportável pelo atual sistema de coleta

e tratamento de esgoto do SEMAE. Como medida mitigadora foi proposto o abastecimento de água pelo SEMAE durante os dez primeiros anos de implantação do empreendimento, implantação de rede coletora, estações elevatórias, linhas de recalque, ETE modular e emissário final. O efluente tratado será lançado no Rio Tietê. Para as demais etapas foram estabelecidas as seguintes alternativas para o abastecimento de água: integração à 2ª Etapa de ampliação da E.T.A Leste, ampliação da outorga do Rio Tietê, construção de nova Estação de Tratamento de Água, compra de água da SABESP, utilização de mananciais internos ao empreendimento.

Em relação aos serviços de coleta e de transporte de resíduos sólidos, conforme Certidão emitida pela Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, o município irá se responsabilizar pelo recolhimento e destinação dos resíduos sólidos. A quantidade estimada de geração de resíduos quando da saturação do empreendimento é de 50.377 ton/ano.

Aumento da demanda por serviços públicos: com a implantação do empreendimento aumentará a pressão sobre os serviços públicos de saúde, educação e transporte. Segundo informado no EIA, o empreendimento poderá atrair para a região cerca de 120 mil novos moradores e 111 mil pessoas consideradas população flutuante, os quais utilizarão predominantemente os estabelecimentos de saúde e educação privados. O interessado deverá realizar parcerias junto com o Poder Público Municipal, contemplando ações para atenuar a pressão sobre os serviços públicos.

Comprometimento do patrimônio histórico e arqueológico: impacto decorrente da possibilidade de perda definitiva, parcial ou total, de vestígios arqueológicos eventualmente presentes nas áreas de intervenção, durante as obras de implantação da infraestrutura do empreendimento. Como medida mitigadora foi proposto o levantamento prospectivo e avaliação do patrimônio arqueológico.

O EIA/RIMA em análise abordou ainda, alguns impactos positivos decorrentes do empreendimento, entre estes a valorização imobiliária para as fases de instalação e operação e o aumento da arrecadação de impostos.

5. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Em cumprimento ao que estabelece a legislação sobre compensação ambiental – Lei Federal nº 9.985/00 e Decreto Federal nº 4.340/02, e alterada pelo Decreto Federal nº 6848/09, o interessado propôs a destinação dos recursos de compensação ambiental ao Parque Natural Municipal Francisco Affonso de Mello – Chiquinho Veríssimo, à Estação Ecológica de Itapeti e à Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê. A referida proposta será avaliada pela Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente - SMA, que definirá o valor e destino dos recursos compensatórios em consonância com a decisão do STF na ADIN 3378. Para emissão da Licença de Instalação, deverá ser firmado Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA com a SMA.

6. CONCLUSÃO

Com base na análise do EIA/RIMA e demais documentos constantes do Processo 106/2008, a equipe técnica do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental conclui que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias propostas pelo empreendedor e as exigências do Parecer Técnico 41059/11/TA. Nestes termos, submete-se ao CONSEMA a apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental Plano Urbanístico da Reserva da Serra do Itapety.

São Paulo, 05 de maio de 2011.

Eng.ª Civil/Amb Maria Silvia Romitelli

Gerente do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental

Reg. 4755 CREA 62.252/D